

**SENADO FEDERAL
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - CPIPREV
AUDIÊNCIA PÚBLICA EM 8 DE MAIO DE 2017**

**PERGUNTAS DO RELATOR PARA A DRA. DENISE
LOBA TO GENTIL**

1) Dra. Denise, como Vossa Senhoria avalia as projeções atuariais divulgadas anualmente pelo governo, nos projetos de lei de diretrizes orçamentárias, sobre os resultados futuros do Regime Geral de Previdência Social, do Regime Próprio de Previdência dos servidores públicos e do Regime dos Militares? A seu juízo, essas estimativas são confiáveis e permitem a tomada segura de decisão sobre o modelo previdenciário a ser implementado para as próximas décadas no País?

À CPI da Previdência respondo a esta pergunta com o resumo de um artigo escrito por vários autores, que trata das profundas inconsistências do atual modelo atuarial do governo federal, como segue abaixo.

***O NOVO MODELO ATUARIAL DO GOVERNO FEDERAL PARA O RGPS: AS
INCONSISTÊNCIAS PERMANECEM***

*Cláudio Alberto Castelo Branco Puty¹
Carlos Renato Lisboa Frances²
Denise Lobato Gentil³
Marcelino Silva da Silva⁴
Patrick Alves da Silva⁵
Solon Venâncio de Carvalho⁶*

¹ PhD em Economia pela New School for Social Research, Estados Unidos. Professor da Universidade Federal do Pará e membro do Laboratório de Tecnologias Sociais, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica / Universidade Federal do Pará.

² Doutor em Ciências da Computação e Matemática Computacional pela Universidade de São Paulo, Professor Associado da Universidade Federal do Pará, membro do Laboratório de Tecnologias Sociais, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica – Universidade Federal do Pará.

³ Doutorado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Professora Associada 3 de Macroeconomia e Economia do Setor Público do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IE/UFRJ.

⁴ Doutor em Engenharia Elétrica, Professor da Universidade Federal do Pará e membro do Laboratório de Tecnologias Sociais – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Pará.

⁵ Doutorando em Engenharia Elétrica e membro do Laboratório de Tecnologias Sociais, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica – Universidade Federal do Pará. Mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Pará, Analista de Suporte do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

⁶ Doutor em Automatique-Productique pela Université Toulouse III Paul Sabatier, França.

Pesquisador Titular do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Membro do Laboratório Associado de Computação e Matemática Aplicada – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.



1. Introdução

Na audiência pública da Comissão Especial da Reforma da Previdência realizada no dia 15 de março de 2017, após meses de pressão e vários requerimentos de informação, o governo federal apresentou um conjunto de três Avisos Ministeriais e uma planilha digital em formato Excel⁷, que pretendiam responder às questões levantadas e encaminhadas por deputados. Nos referidos documentos está mencionado que, em 2016, técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, Secretaria de Política Econômica - SPE e a equipe de Previdência Social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, desenvolveram um novo modelo de projeção de longo prazo que teria maior aderência à conjuntura e à legislação atual do RGPS. Esse novo modelo vem sendo utilizado para realizar as projeções oficiais de receitas e despesas previdenciárias e para as alterações propostas à PEC 287/2016. O mesmo modelo também foi utilizado para realizar as projeções de receitas e despesas de longo prazo publicadas no Anexo 10 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO de dezembro de 2016.

Quando apresentou um modelo atuarial novo, entretanto, o governo não disponibilizou dados estratégicos, nem a memória de cálculo da projeção do déficit do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) para 2060. Ao fornecer uma resposta obscura e incompleta, o debate público sobre os rumos da previdência social brasileira fica prejudicado pela assimetria de informações. De um lado, o governo exerce forte pressão por mudanças nas regras previdenciárias apresentando números catastróficos sobre o futuro; do outro lado, a população e seus representantes no Congresso não conseguem acessar satisfatoriamente as informações que lhe permitam avaliar as condições presentes e futuras da previdência social, porque o governo não dá suficiente transparência e publicidade ao modelo atuarial utilizado para projetar as necessidades de financiamento da previdência pública. O que deveria ser de amplo conhecimento e domínio da sociedade mostra-se, no entanto, interditado, prejudicando a segurança do processo decisório do Legislativo no período de tramitação da proposta de emenda constitucional na Câmara e no Senado.

Para tornar o processo ainda mais confuso, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018, apresentada em abril de 2017, traz, no Anexo IV - Metas Fiscais, item IV.6 – projeções atuariais para o Regime Geral de Previdência Social dados de receita, despesa e necessidade de financiamento do RGPS no período 2018-2060 que são diferentes daqueles apresentados um mês antes, em 14 de março de 2017, à Comissão Especial da Reforma da Previdência, conforme tabela 1 abaixo.

⁷ Avisos Nº 77, 78 e 79 do Ministério da Fazenda, datados de 14 de março de 2017, enviados em resposta requerimentos de informação de autoria de deputados membros da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 287-A, de 2016, do Poder Executivo. Os Avisos são assinados pelo Ministro da Fazenda Henrique de Campos Meirelles. Em conjunto com os três Avisos foi enviado um CD contendo o conjunto de dados utilizados para as projeções de receita e despesa do RGPS. Os dados estão salvos em uma planilha com diversas tabelas.

Evolução da receita, despesa e necessidade de financiamento do RGPS 2060						
	Receita		Despesa		Necessidade de Financiamento (déficit)	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
AVISOS de março/2017	4.928.170	5,30%	15.961.318	17,17%	11.033.148	11,87%
LDO 2018 abril/2017	5.040.218	5,46%	15.464.798	16,74%	10.424.580	11,29%

O objetivo deste artigo é contribuir para uma avaliação crítica ao modelo atuarial do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Os relevantes problemas encontrados nesse exercício de interpretação da lógica do modelo atuarial não são apenas graves. O modelo tendenciosamente superestima as despesas e subestima as receitas, o que faz com que não se torne sequer minimamente confiável como um instrumento de avaliação da necessidade de reforma do sistema previdenciário. Ao contrário, como será demonstrado adiante, o modelo mostra-se enviesado para gerar um déficit no longo prazo. Além disso, ao apresentar insuficiência e descontinuidade de informações e equações inconsistentes, torna inviável o cálculo das variáveis mais estratégicas para o cálculo da necessidade de financiamento do sistema previdenciário.

O presente artigo divide-se em 7 seções além desta introdução. Na segunda seção descreve-se as condições em que o modelo foi entregue na Câmara dos Deputados para servir de suporte à análise da proposta de reforma da previdência. Na terceira seção é feita uma avaliação das projeções das despesas do modelo. Na quarta é feita a análise das estimativas de receita previdenciária. A quinta e sexta seções realizam um breve relato sobre erros de projeções, precariedade nas informações, inconsistências nas equações do modelo e da inviabilidade de se realizar projeções a partir dos dados disponibilizados pelo governo. A sétima seção trata da tendência a perda de valor, no futuro, das aposentadorias acima do piso. E, por fim, a oitava seção tece algumas conclusões preliminares, uma vez que a pesquisa não se encerra neste artigo, exigindo o seu prosseguimento para aprofundar a investigação de um modelo complexo, cercado de lacunas, precariedades e polêmicas.

2. Projeções: ausência de dados e de cálculos para explicar os resultados finais apresentados nas planilhas

O modelo de cálculo utilizado pelo Governo para as projeções é apresentado somente de forma descritiva. Não há memória de cálculo das simulações, de uma maneira geral. A planilha digital entregue possui apenas um conjunto de dados, mas não o cálculo de como foram realizadas as projeções, isto é, quais as ferramentas utilizadas para esse fim. Além disso, percebe-se um conjunto de células sem fórmulas e sem indicação de como se chegou aos referidos resultados. Com isso, não é possível que se realize uma avaliação completa sobre como o Governo tem realizado suas projeções e, portanto, como chegou ao déficit da Previdência. É necessário que se esclareça cada



etapa: o desenvolvimento matemático; a forma de implementação realizada; e, os resultados finais.

Além disso, o modelo descrito nas respostas do Governo à Câmara dos Deputados não descreve como foram realizados os cálculos para a projeção de receitas e despesas do RGPS com a aplicação das regras da proposta de reforma previdenciária expressa na PEC 287. O novo modelo somente descreve as fórmulas de cálculo para as projeções do cenário chamado de “base”, que considera as regras atuais do RGPS. Por exemplo, a probabilidade de uma pessoa entrar em benefício com determinada idade (65 anos) e determinado tempo de contribuição (25 anos) são variáveis chave no modelo para a quais ainda não se tem registro estatístico. Outro exemplo: a probabilidade de uma mulher na área rural receber pensão cujo valor varia de acordo com o tempo de união, idade e com o número de filhos. Todas essas possibilidades são novas e a falta de registro histórico não permite estabelecer as probabilidades para esses eventos.

Chama atenção especial o fato de que a planilha digital não apresenta o conjunto de dados solicitados pelos deputados. O conjunto de dados completos, chamado de conjunto de microdados, é essencial para que se possa estimar variáveis que sofrerão mudanças com a proposta de reforma. Dados em alto grau de agregação, como foram apresentados pelo governo, não permitem fazer o cálculo de probabilidades. Sem os microdados é matematicamente impossível estimar todas as probabilidades.

Uma questão importante a ser respondida pelo governo é se as previsões de arrecadação sobre a folha de pagamentos adotadas no modelo levaram em consideração a terceirização da força de trabalho recentemente aprovada na Câmara Federal. Se isto não ocorreu, o modelo tem fundamentada possibilidade de falhar em suas previsões com elevada margem de erro.

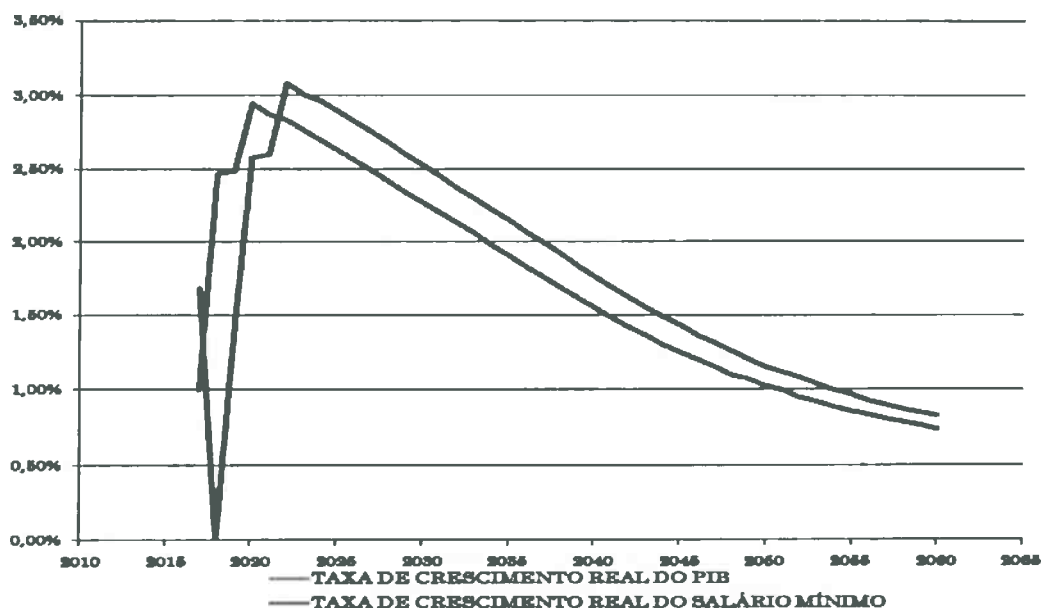
Não se pode deixar de mencionar que a planilha digital entregue pelo governo possui um conjunto de dados, que se entende serem aqueles utilizados para o cálculo das projeções do Governo. A maior parte das informações foi obtida na base de dados do IBGE, principalmente da PNAD (2010-2014), conforme dito nos Avisos. Entretanto, sabe-se que em 2010 não houve PNAD e, além disso, diversos dados estão sem informação de suas fontes.

3. O Modelo do Governo superestima as despesas previdenciárias

3.1. O problema da correção do salário mínimo

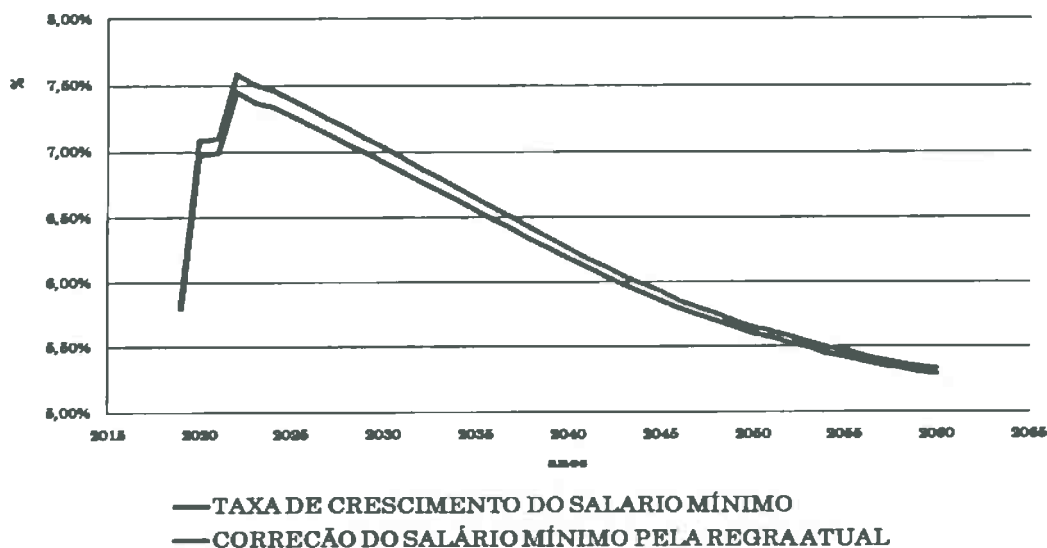
O novo modelo mantém a correção do salário mínimo pela regra atual até o ano de 2019 (obedecendo a Lei de 2015). A partir de 2022, observa-se que a taxa de crescimento real do salário mínimo é maior que a taxa de crescimento real do PIB previsto pelo modelo. Esse é um dos motivos pelos quais os gastos previdenciários, medidos em percentagem do PIB, sobem no longo prazo, indo de 8,26% PIB em 2017 para 17,2% em 2060, conforme pode ser observado pelas duas curvas do gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 – Salário Mínimo no novo modelo atuarial do RGPS (2017 – 2060)



Se a correção do salário mínimo for feita pela regra atual (isto é, pela variação da inflação do ano anterior mais o crescimento do PIB de dois anos antes), ainda assim verifica-se que a correção do salário mínimo do novo modelo atuarial se mostra superior ao crescimento real do PIB, conforme pode ser observado no gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2 – Salário Mínimo no novo modelo atuarial do RGPS (2017 – 2060)



Ao manter esse padrão de correção do salário mínimo as estimativas do modelo atuarial são contraditórias com as mudanças legislativas de iniciativa do próprio governo, como é o caso daquelas oriundas da aprovação da PEC do Teto dos Gastos.



É relevante mencionar que a LDO de 2018 (entregue ao Legislativo em abril de 2017), apesar de trazer em suas planilhas, inexplicavelmente, números de projeções diferentes daqueles apresentados um mês antes à Câmara (em 14 de março de 2017), apresenta a mesma metodologia de correção do salário mínimo, isto é, acima do crescimento real do PIB.

Ao manter esse padrão de reajuste, o modelo atuarial provoca superestimação dos gastos com benefícios previdenciários no futuro, uma vez que o piso previdenciário é vinculado ao salário mínimo e que 68,56% dos benefícios pagos (dados de 2016) são iguais a um salário mínimo.

3.2. As projeções populacionais superestimam a população de idosos

O modelo atuarial do governo federal utiliza a PNAD/IBGE de 2014 como sua principal fonte de informação para realizar as projeções populacionais. O uso da PNAD, porém, não é isento de polêmicas. Dois estudos realizados por Ruiz e Silva (2014) e Ibarra (2017) demonstram que a população aparenta estar mais envelhecida na PNAD do que nas Projeções Populacionais 2000-2060, revisão 2013 (IBGE). As razões para essa diferença de resultados estão nas limitações da metodologia adotada pelo IBGE na PNAD.

Para Ibarra (2017), na PNAD os pesos para todas as pessoas em cada estrato são iguais. Na etapa de pós-estratificação utiliza-se somente a projeção da população total de cada estrato. Esses procedimentos metodológicos incorrem em algumas limitações. Uma delas é desconsiderar as variáveis sexo e grupo etário dentro de cada estrato no processo de pós-estratificação. A população total em ambas (PNAD e Projeções Populacionais) é muito próxima, mas as diferenças nas composições etárias e por sexo são bastante significativas. Deve-se considerar que a data de referência da PNAD é 1º de julho de cada ano enquanto na Projeção Populacional, a última semana do mês de setembro de cada ano.

“Como resultado, na PNAD, os homens estão subrepresentados e as mulheres, sobrerrepresentadas; as crianças de 0 a 9 anos estão subrepresentadas enquanto os grupos etários a partir dos 40 anos, sobrerrepresentados. Com o passar dos anos, essas diferenças se acentuam, indicando que o método de cálculo dos pesos na PNAD prescinde de técnicas de calibração” (IBARRA, 2017).

Para se ter uma ideia da diferença entre as duas fontes do IBGE, no ano de 2014, a PNAD apontava uma população 50,9 milhões de pessoas acima de 50 anos, enquanto a Projeção de População, de 43,9 milhões de pessoas; ou seja, uma diferença de 7 milhões de pessoas nessa faixa etária, o equivalente a dois Uruguais ou uma população superior à da cidade do Rio de Janeiro (ver gráfico 3, a seguir). No ano de 2015, essa diferença se ampliou para 7,9 milhões. Em termos relativos, no período de 2004-2014, enquanto na distribuição da população, segundo a Projeção de Populacional, havia ocorrido um incremento de 43,5% para os que tinham mais de 50 anos, na PNAD esse crescimento foi de 51,9%.

Por outro lado, o tamanho da população entre 0 e 24 anos, no ano de 2014, é de 82,2 milhões de pessoas na projeção populacional, enquanto pela PNAD é de 77,2 milhões. Isso significa que a população infantil e de jovens é subestimada na PNAD (ver Tabela 2, a seguir).

Parece óbvio, portanto, que utilizar um ou outro dado para a análise de projeções atuariais resultará em números que serão consideravelmente impactados por essas diferenças. Se nos cálculos da modelo atuarial do RGPS consideram-se as informações da PNAD para as projeções, há uma superestimação da população de idosos e subestimação das pessoas jovens e adultas, distorcendo a taxa de dependência e o número de beneficiários de aposentadorias e pensões. Levando-se, ainda, em consideração a elevada correção do salário mínimo estimada pelo modelo (superior ao crescimento real do PIB), há uma clara superestimação do gasto com benefícios previdenciários nas projeções do governo e, portanto, do déficit da Previdência.

Ibarra (2017) conclui que “para os objetivos almejados pelo Ministério da Fazenda, a Pnad nos moldes atuais, encontra-se descalibrada, sobretudo nos anos utilizados (2011-2014). É necessário fazer ajustes nos pesos por sexo e grupo etário através de algum método que pode ser definido em conjunto (*raking*)”.

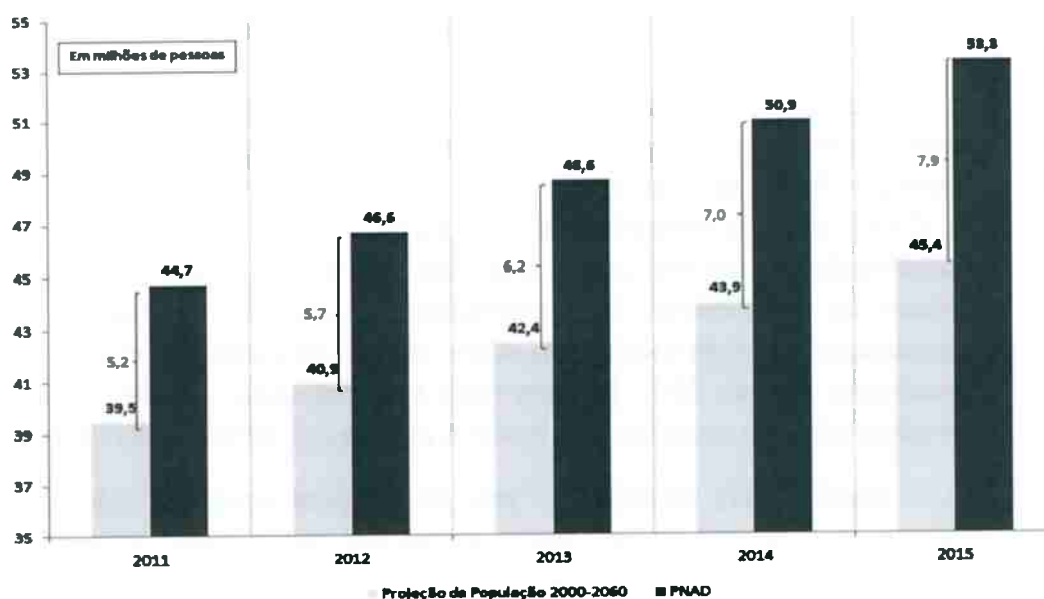
Tabela 2 - Distribuição da população brasileira por sexo e grupos etários
2014

	PNAD (A)			Projeção populacional (B)			$\Delta (A)-(B)$			$\Delta \% (A)/(B)$		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Total	98.419.280	104.771.572	203.190.852	100.159.507	102.609.055	202.768.562	-1.740.227	2.162.517	422.290	-1,7%	2,1%	0,2%
0 a 4	6.736.615	6.617.655	13.354.270	7.639.836	7.298.297	14.938.133	-903.221	-680.642	-1.583.863	-11,8%	-9,3%	-10,6%
5 a 9	7.458.887	7.143.290	14.602.177	8.178.587	7.830.922	16.009.509	-719.700	-687.632	-1.407.332	-8,8%	-8,8%	-8,8%
10 a 14	8.223.587	7.767.448	15.991.035	8.685.434	8.351.178	17.036.612	-461.847	-583.730	-1.045.577	-5,3%	-7,0%	-6,1%
15 a 19	8.896.131	8.600.328	17.496.459	8.710.088	8.434.160	17.144.248	186.043	166.168	352.211	2,1%	2,0%	2,1%
20 a 24	7.840.505	7.892.163	15.732.668	8.631.969	8.447.136	17.079.105	-791.464	-554.973	-1.346.437	-9,2%	-6,6%	-7,9%
25 a 29	7.711.593	8.021.453	15.733.046	8.706.325	8.618.766	17.325.091	-994.732	-597.313	-1.592.045	-11,4%	-6,9%	-9,2%
30 a 34	7.969.466	8.627.506	16.596.972	8.737.916	8.745.726	17.483.642	-768.450	-118.220	-886.670	-8,8%	-1,4%	-5,1%
35 a 39	7.214.254	7.870.530	15.084.784	7.687.579	7.786.206	15.473.785	-473.325	84.324	-389.001	-6,2%	1,1%	-2,5%
40 a 44	6.909.994	7.394.451	14.304.445	6.758.883	6.941.260	13.700.143	151.111	453.191	604.302	2,2%	6,5%	4,4%
45 a 49	6.345.653	7.013.408	13.359.061	6.194.845	6.467.486	12.662.331	150.808	545.922	696.730	2,4%	8,4%	5,5%
50 a 54	5.948.000	6.657.820	12.605.820	5.538.560	5.903.671	11.442.231	409.440	754.149	1.163.589	7,4%	12,8%	10,2%
55 a 59	4.825.101	5.623.142	10.448.243	4.526.467	4.958.647	9.485.114	298.634	664.495	963.129	6,6%	13,4%	10,2%
60 a 64	4.167.733	4.844.141	9.011.874	3.513.756	3.985.696	7.499.452	653.977	858.445	1.512.422	18,6%	21,5%	20,2%
65 a 69	2.989.198	3.583.343	6.572.541	2.545.918	3.029.514	5.575.432	443.280	553.829	997.109	17,4%	18,3%	17,9%
70 a 74	2.256.743	2.749.199	5.005.942	1.724.737	2.200.991	3.925.728	532.006	548.208	1.080.214	30,8%	24,9%	27,5%
75 a 79	1.492.279	1.942.645	3.434.924	1.182.129	1.636.200	2.818.329	310.150	306.445	616.595	26,2%	18,7%	21,9%
80 a 84	847.599	1.330.258	2.177.857	686.155	1.046.968	1.733.123	161.444	283.290	444.734	23,5%	27,1%	25,7%
85 a 89	389.220	693.881	1.083.101	347.268	584.676	931.944	41.952	109.205	151.157	12,1%	18,7%	16,2%
90 anos +	196.722	398.911	595.633	163.055	341.555	504.610	33.667	57.356	91.023	20,6%	16,8%	18,0%
0 a 9	14.195.502	13.760.945	27.956.447	15.818.423	15.129.219	30.947.642	-1.622.921	-1.368.274	-2.991.195	-10,3%	-9,0%	-9,7%
10 a 19	17.119.718	16.367.776	33.487.494	17.395.522	16.785.338	34.180.860	-275.804	-417.562	-693.366	-1,6%	-2,5%	-2,0%
20 a 39	30.735.818	32.411.652	63.147.470	33.763.789	33.597.834	67.361.623	-3.027.971	-1.186.182	-4.214.153	-9,0%	-3,5%	-6,3%
40 a 59	24.028.748	26.688.821	50.717.569	23.018.755	24.271.064	47.289.819	1.009.993	2.417.757	3.427.750	4,4%	10,0%	7,2%
60 anos +	12.339.494	15.542.378	27.881.872	10.163.018	12.825.600	22.988.618	2.176.476	2.716.778	4.893.254	21,4%	21,2%	21,3%

Fontes: IBGE. Pnad e Projeções Populacionais 2000-2060, revisão 2013. Elaboração: DIEESE.



Gráfico 3 - População brasileira com 50 anos e mais (em milhões) segundo distintas fontes de dados do IBGE . Brasil, 2011 a 2015



Fontes: IBGE. Pnad e Projeções Populacionais 2000-2060, revisão 2013.

Elaboração: DIEESE.

4. O modelo do governo subestima as receitas previdenciárias

4.1. As estimativas para as variáveis do mercado de trabalho são estáticas

No modelo, as variáveis do mercado de trabalho são calculadas com base nos dados da PNAD de 2014. Para essas variáveis, com exceção da taxa de participação (PEA/população), foi adotada a hipótese de que elas se mantêm constantes ao longo do tempo e iguais àquelas observadas em 2014. A taxa de ocupação (pop. ocupada/PEA), taxa de urbanização e taxa de cobertura contributiva (pop. de contribuintes/pop. ocupada), por exemplo, são mantidas no mesmo nível de 2014 para todos os anos projetados.

Isso significa que as variáveis do modelo que influenciariam a receita previdenciária estão subestimadas, uma vez que a arrecadação de contribuições torna-se uma simples função dos movimentos da população total estimada pelo IBGE, independente da dinâmica que possa vir a ocorrer no mercado de trabalho no que diz respeito à taxa de formalização, produtividade do trabalho, evolução do salário médio e nível de ocupação. O modelo atuarial, portanto, mostra-se estático no que diz respeito às suas suposições para o mercado de trabalho, o que afeta negativamente sua capacidade de previsão das receitas previdenciárias das próximas décadas e sua confiabilidade como instrumento de decisão sobre políticas sociais.

Mas, não apenas isso contribui para comprimir a receita previdenciária projetada. Como foi comentado anteriormente, uma vez que os cálculos do modelo

atuarial do RGPS consideram as informações da PNAD para as projeções, há uma subestimação da população jovem e adulta, o que contribui para derrubar a taxa de ocupação, a massa salarial e a participação de contribuintes no sistema, projetando uma receita artificialmente reduzida para 2060 e, obviamente, um déficit crescente no RGPS.

É importante mencionar que existem 11 equações (das 50 do modelo atuarial) que utilizam diretamente informações da Pnad (Ibarra, 2017):

- Equação (1): decomposição da população por clientela entre Urbana e Rural;
- Equação (2): taxa de urbanização;
- Equação (4): taxa de participação urbana e rural;
- Equação (6): taxa de ocupação urbana e rural;
- Equação (7): taxa de desocupação urbana e rural;
- Equação (8): participação de contribuintes urbanos até o Salário Mínimo (SM) e acima do SM na população ocupada urbana;
- Equação (32): taxa de crescimento da produtividade do trabalho (distinguindo urbano e rural);
- Equação (33): evolução da massa salarial (distinguindo urbano e rural);
- Equação (34): evolução da massa salarial dos contribuintes urbanos no SM;
- Equação (35): evolução da massa salarial dos contribuintes urbanos acima do SM;
- Equação (37): rendimentos médios dos contribuintes acima do SM.

4.2. O cálculo do PIB, a relação SALÁRIO/PIB e a produtividade do trabalho no novo modelo atuarial

O modelo atuarial projeta um PIB acentuadamente decrescente ao longo de várias décadas. A taxa de crescimento mais elevada do PIB é de 2,87% em 2021. A partir deste ano, o PIB entra em declínio progressivo até 2060, quando atinge o ponto mínimo de 0,74%.

Essa hipótese deixa claro que o cenário construído para a economia brasileira é extremamente pessimista sem esclarecer quais motivos conduzem a essa interpretação do futuro. O que se sabe é que a única variável que influencia o PIB é a massa salarial (suposta como decrescente), demonstrando, mais uma vez, a falta de realismo nas hipóteses. Difícilmente no século XXI poder-se-ia construir, com algum grau de aderência ao real funcionamento da economia, uma função de produção que dependa unicamente da força de trabalho ativa. A influência do capital fixo nas plantas produtivas de grandes dimensões e da tecnologia de ponta é suficientemente relevante para ser ignorada na determinação do PIB pelo lado da oferta. Fatores do lado da demanda, como o gasto das famílias em consumo, a taxa de lucro esperada dos projetos de investimento, as exportações, o investimento público e o próprio gasto do governo com transferências de renda (inclusive aposentadorias e pensões), influenciam direta e indiretamente no PIB.



Esse, entretanto, não é o único problema. O modelo tem como hipótese a proporção salário/PIB constante ao longo do tempo (equação 40, Anexo II dos Avisos).

$$(\sum_{i,s}^{ocup} W_{i,t}^s)/Y_t = (\sum_{i,s}^{ocup} W_{i,t-1}^s)/Y_{t-1} = \psi$$

E, desta forma, segundo o modelo, a evolução da taxa de crescimento do PIB seria idêntica à taxa de crescimento da massa salarial da população ocupada (equação 42, Anexo II).

$$\beta_{Y_t} = \beta_{ocup W_t}$$

Entretanto, examinando a evolução dessas duas variáveis nas tabelas do modelo, constata-se que ambas são decrescentes, porém, a massa salarial real da população ocupada cai a taxas mais aceleradas que o PIB, o que contradiz as equações citadas acima. Que fatores estariam contribuindo para aumento da velocidade de desaceleração da massa salarial? Essa é uma pergunta sem resposta no modelo.

Porém, tudo parece indicar que a dominância demográfica prevalece sobre as possibilidades de uma política macroeconômica expansionista que tenha como meta a elevação da produção e do emprego formal, um pressuposto que, definitivamente, não está presente no modelo atuarial.

Um sintoma importante dessa evidência é a hipótese do modelo de taxa de crescimento médio anual da produtividade constante em 1,7% ao ano (p. 20, Anexo II dos Avisos). Essa suposição é apenas aparentemente otimista. E, de fato, seria, caso decorresse de uma economia que apresentasse um PIB em crescimento no longo prazo. Porém, esse não é o caso. A suposição por trás do modelo é de que a produtividade cresce a 1,7 % a.a., porque o decrescimento da população ocupada é mais acelerado do que a queda real anual do PIB, isto é, o denominador da razão PIB/pop. ocupada se mantém em crescimento constante porque o denominador cai mais que o numerador. Assim, o modelo atuarial desenha um país que viverá momentos permanentes (mais de 5 décadas) de desaceleração econômica e, portanto, de retrocesso econômico e social.

Outra perspectiva que se pode utilizar para questionar o realismo de um PIB acentuadamente decrescente por longos anos pode ser através da análise os impactos dos diversos itens de gasto público na produção da economia nacional. Trabalhos recentes como o de Orair, Siqueira e Gobetti (2016) relatam que o multiplicador do gasto com benefícios sociais é de 1,5 nos momentos de recessão, ou seja, para cada R\$100 gastos com transferência de renda (como aposentadorias e pensões), retornam R\$150 na forma de PIB.⁸ Isso significa que o dinamismo do PIB é fortemente

⁸ Ironicamente, o trabalho dos citados autores foi premiado, tendo recebido o segundo lugar no XXI Prêmio do Tesouro Nacional, um reconhecimento pela elevada qualidade da pesquisa realizada pelos

influenciado pelos gastos previdenciários e que tais gastos, ao impulsionar a produção, o emprego, o lucro e a massa salarial, permitem ao governo adquirir maior capacidade de arrecadação de receitas da previdência social, podendo levar o sistema a uma situação de solidez financeira e atuarial.

Portanto, visto de um ângulo mais condizente com o atual momento de depressão da economia nacional, para que não haja risco do sistema previdenciário entrar em colapso no futuro por queda de receitas, seria mais prudente priorizar a adoção de políticas econômicas expansivas que consolidem as conquistas sociais já obtidas e que produzam as mudanças estruturais que decorrem da elevação do investimento em capital físico, educação, ciência e tecnologia e inovação. As grandes fragilidades estruturais de um sistema previdenciário derivam, acima de tudo, da ausência de um projeto de desenvolvimento para o país.

O novo modelo atuarial, ao ignorar o dinamismo do mercado de trabalho e o gasto do governo (particularmente, o gasto previdenciário) como um dos determinantes do PIB e, por consequência, da arrecadação previdenciária, torna-se essencialmente um modelo de dominância demográfica, porque predomina nele os impactos dos movimentos da população total estimada pela PNAD/IBGE, que projeta um acelerado e artificial envelhecimento da população. Esse viés acaba por transformar as projeções em determinismo demográfico. Políticas econômicas expansivas que estimulem o emprego, a formalização da força de trabalho e a elevação da produtividade, impactando no crescimento do PIB e da receita previdenciária foram ignoradas pelo modelo (conforme se pode ler na p. 14, Anexo II, item “Receita Previdenciária e PIB”).

5. Erros de projeção

Os modelos atuariais são essencialmente probabilísticos. Os cenários mudam no curto e no longo prazo, influenciados, inclusive, por decisões de política econômica de impacto nas variáveis que determinam o resultado previdenciário, tornando o cálculo da necessidade de financiamento do sistema uma questão de difícil delimitação para muitas décadas à frente. O futuro não pode ser conhecido com precisão. Ele será determinado por múltiplos fatores, incluindo por forças políticas, sociais e econômicas. Não haverá um único resultado possível, perfeitamente previsível, inexorável e inquestionável. Sendo assim, o mais prudente seria criar cenários para o futuro e, uma vez que as previsões estatísticas em qualquer cenário não são isentas de erros, deve-se calculá-los e delimitá-los. Isso torna-se mais necessário quando se constata que, no passado recente, o governo federal realizou previsões para receitas e despesas para RGPS que não foram confirmadas, gerando erros sistemáticos e de grande magnitude entre as projeções do modelo e os dados realizados (Puty e Gentil, 2017).

autores que, entretanto, parece não ter sido considerada para as previsões de PIB do modelo atuarial pelo Ministério da Fazenda.



Ao contrário desta visão, o modelo oficial do governo se define como determinístico, “[...] ou seja, a partir da fixação de um conjunto de variáveis, o modelo determina de maneira única seus resultados [...] é implementado o procedimento metodológico de calibragem, em que são realizados testes comparativos entre as projeções do modelo e os dados realizados e, a partir disso, são efetuados ajustes finos em alguns parâmetros do modelo com o intuito de reduzir os erros de previsão”(Anexo II, p.5). Entretanto, as falhas graves de previsão apresentadas pelo modelo atuarial antigo fragilizaram a confiança nas projeções oficiais, gerando procedentes questionamentos acerca da alta volatilidade de seus resultados.

Previsões sem erros não existem, sobretudo em sistemas sociais que possuem uma dinâmica dispersa, muitos acontecimentos imprevisíveis e, portanto, aleatórios que influenciam as ações dos múltiplos agentes e que, por sua vez, estão sujeitos à intervenção deliberada dos gestores públicos. O mais razoável seria reconhecer a impossibilidade de se adotar um modelo atuarial determinístico.

Um modelo atuarial de Previdência Social só pode ser determinístico se trabalhar apenas com médias, o que facilita a modelagem, mas limita a interpretação dos resultados fornecidos. Estes resultados permitem a comparação de cenários, mas não devem e nem podem ser tomados como verdades inevitáveis. Se o são, deve-se questionar a intenção de seus gestores.

6. Principais inconsistências nas equações do modelo e da inviabilidade de algumas projeções

6.1. A incompletude na construção das equações

As projeções dos benefícios concedidos pelo RGPS constantes no documento enviado à Câmara dos Deputados não estão apresentados de forma consistente no "Modelo de Projeções Fiscais do Regime Geral de Previdência Social" por razões importantes.

O modelo contém problemas de inconsistências severas que impedem ou pelo menos dificultam seu entendimento. Em particular, a equação 16 (Anexo II), abaixo, expressa a taxa de concessões de cada um dos 7 tipos de aposentadorias previstos pelo modelo e as probabilidades de concessão anuais desses benefícios até 2060:

$$\alpha_c \rho_{i,t}^s = \alpha_c co_{i,t}^s = \alpha_c co_{i,t}^s / [{}_c Q_{i,t-1}^s + (\alpha_c co_{i,t}^s / 2)] \quad (16)$$

Da forma como a equação 16 está escrita, não faz sentido, porque a variável Q do primeiro termo do denominador, é definida na p. 8 do Anexo II como sendo a “quantidade de beneficiários” e vem acompanhada de um índice alfa (modalidade de aposentadoria). Entretanto, se posta no denominador da equação ela gera uma probabilidades maior que 1 quando aplicada aos dados das planilhas apresentadas pelo governo, gerando problemas óbvios de inconsistência que distorcem os resultados.

Se, entretanto, o índice alfa antes referido não fizer parte da variável Q (como está, de fato, ausente na equação 16, tanto nos Avisos quanto na LDO de 2018), não é possível saber o que tal variável significaria, uma vez que ela não está descrita nos textos entregues pelo governo. Do jeito em que se encontra não se sabe o que ela representa.

Além disso, a expressão matemática das “taxas de concessões de benefícios” deve obrigatoriamente conter a variável F (quantidade de segurados passíveis de atingir as condições de elegibilidade necessárias para requerer o benefício), mas, ao invés disso, usa-se o Q (estoque). Porém, ainda que a variável Q viesse a ser substituída por F – o que seria o correto – ainda restaria o problema com os índices que acompanham essa variável, pois não parecem corretamente referidos.

Resta, ainda, a necessidade de uma explicação clara e lógica para a segunda parcela do denominador da equação 16, em que a variável C (concessões de benefícios) aparece dividida por 2. Novamente aqui, como antes, não faz nenhum sentido e não há explicação no texto que justifique esse artifício.

O ponto principal que reforça a incompletude na construção das equações – o que acaba por comprometer a credibilidade do modelo atuarial do governo – é a forma de cálculo da quantidade de segurados passíveis de atingirem as condições de elegibilidade necessárias para requererem o benefício de aposentadorias sob as novas regras. As equações apresentadas não são adequadas para o cálculo do custo dos benefícios que envolvam a necessidade de comprovação de tempo de contribuição, como é o caso de todas as formas de aposentadoria, tanto pelas regras atuais como pelas previstas pela PEC 287. Neste caso específico, sem os microdados da previdência (que o governo não forneceu aos deputados e à sociedade), um cálculo minimamente aceitável, é impossível. Dada a seriedade do problema da elevada rotatividade no Brasil, que deverá se agravar com a reforma trabalhista, a ausência dessas informações torna ainda mais comprometedor o resultado do modelo apresentado pelo governo.

6.2. Inconsistências nas informações das tabelas

A análise realizada no CD contendo o conjunto de dados utilizados para as projeções de receita e despesa do RGPS levou à constatação de que muitas tabelas estão incompletas. A ausência de algumas delas não compromete diretamente os cálculos (p.ex.: dados de concessão de auxílio reclusão), pois não são utilizados nas projeções. Porém, a ausência de dados nas tabelas descritas abaixo compromete diretamente as projeções, impedindo a reprodução dos resultados constantes na LDO de 2018 que, por sua vez, reproduz os resultados do novo modelo atuarial.

O Quadro 1, a seguir, demonstra as tabelas que não estão presentes no modelo apresentado pelo governo, como é o caso do estoque, concessões e cessações de aposentadorias por idade para homens e mulheres deficientes urbanos que recebem um salário mínimo e acima do piso previdenciário.



Quadro 1. Dados ausentes das Tabelas do Modelo Atuarial do governo

Tipo de Tabela	Estoque	Concessões	Cessações
Tabela	EsApidUrbPisoH	CoApidUrbPisoH	CeApidUrbPisoH
	EsApidUrbPisoM	CoApidUrbPisoM	CeApidUrbPisoM
	EsAtcdUrbPisoH	CoAtcdUrbPisoH	CeAtcdUrbPisoH
	EsAtcdUrbPisoM	CoAtcdUrbPisoM	CeAtcdUrbPisoM
	EsApidUrbAcimH	CoApidUrbAcimH	CeApidUrbAcimH
	EsApidUrbAcimM	CoApidUrbAcimM	CeApidUrbAcimM
	EsAtcdUrbAcimH	CoAtcdUrbAcimH	CeAtcdUrbAcimH
	EsAtcdUrbAcimM	CoAtcdUrbAcimM	CeAtcdUrbAcimM

Obs: EsApidUrbPisoH, significa “Estoque de Aposentadoria por Idade para o homem deficiente Urbano que recebe um salário mínimo”.

Foram verificadas também inconsistências nos dados de estoque, concessões e cessações. Um exemplo é o caso dos Homens Aposentados por Tempo de Contribuição Normal que recebem acima do Piso. Inicialmente, parte-se para a análise das concessões e cessações de 2012 para os Homens de 40 anos (Figuras 1 e 2). Os dados de Estoques (Figura 3) representam o mês de dezembro de cada ano. Então, o estoque deveria ser:

$$\text{Estoque} = \text{EstoqueAnoAnterior} + \text{concessões} - \text{cessações}$$

Porém, olhando a Figura 3, que apresenta o estoque para o mesmo benefício, percebe-se que os estoques de 2012 de 40 anos e o de 2013 de 41 anos não são consistentes, pois, em 2012 foram concedidas 74 aposentadorias e cessadas somente 2. Então, no mínimo, teríamos que ter um estoque de 72 aposentados, porém, aparecem apenas 4 em 2012 e 5 em 2013.

Figura 1 - Concessões para Apos. por TC normal dos Homens que recebem acima do Piso.

INDICE	2010	2011	2012	2013	2014
Fonte					
20	0	0	0	0	0
21	0	0	0	0	0
22	0	0	0	0	0
23	0	0	0	0	0
24	0	0	0	0	0
25	0	0	0	0	0
26	0	0	0	0	0
27	0	0	0	0	0
28	0	0	0	0	0
29	0	0	0	0	0
30	0	0	0	0	0
31	0	0	0	0	0
32	0	0	0	0	0
33	0	0	0	0	0
34	0	1	0	0	2
35	0	1	2	3	1
36	0	11	7	4	2
37	0	18	9	6	3
38	0	48	27	17	8
39	0	59	38	36	12
40	0	113	74	62	34
41	0	179	150	133	89
42	0	325	267	230	138
43	0	325	267	230	138

Figura 2 - Cessações para Apos. por TC normal dos Homens que recebem acima do Piso

ÍNDICE	2010	2011	2012	2013	2014
Fonte					
21	0	0	0	0	0
22	0	0	0	0	0
23	0	0	0	0	0
24	0	0	0	0	0
25	0	0	0	0	0
26	0	0	0	0	0
27	0	0	0	0	0
28	0	0	0	0	0
29	0	0	0	0	0
30	0	0	0	0	0
31	0	0	0	0	0
32	0	0	0	0	0
33	0	0	0	0	0
34	0	0	1	0	1
35	0	0	1	0	0
36	0	1	0	0	0
37	0	0	0	0	0
38	0	0	0	0	0
39	0	1	1	0	1
40	0	1	2	0	0
41	0	1	1	1	0
42	0	4	6	4	3
43	0	7	10	3	5
44	0	17	20	11	0

Figura 3. Estoques para Apos. por TC normal dos Homens que recebem acima do Piso

ÍNDICE	2010	2011	2012	2013	2014
Fonte					
26	0	0	0	0	0
27	0	0	0	0	0
28	0	0	0	0	0
29	0	0	0	0	0
30	0	0	0	0	0
31	0	0	0	0	0
32	0	0	0	0	0
33	0	0	0	0	0
34	0	1	1	4	1
35	0	4	1	2	6
36	0	3	4	1	0
37	0	0	0	0	0
38	0	0	0	0	1
39	0	3	1	0	0
40	0	3	4	3	1
41	0	4	2	5	2
42	0	22	17	19	10
43	0	65	61	51	33
44	0	325	249	200	152
45	0	831	633	494	396
46	0	2.041	1.629	1.279	1.032
47	0	3.044	3.420	2.756	2.263
48	0	6.706	6.008	5.370	4.548



Essas inconsistências não impedem a realização das projeções, mas afetam consideravelmente os resultados dos estoques e os cálculos das despesas, comprometendo gravemente a credibilidade do modelo. Esse problema, ressalte-se, ocorre 483 vezes.

6.3. Problemas nas Equações do Modelo

Há outros erros nas equações dos modelos que podem igualmente distorcer ou impedir a realização dos cálculos das projeções.

A Equação 11 calcula o estoque das aposentadorias.

$${}^a_cQ_{i,t}^s = {}^a_cQ_{i-1,t-1}^s \cdot (1 - \lambda_{i,t}^s \cdot {}^a_c\varepsilon_{i,t}^s) + {}^a_cCo_{i,t}^s$$

Os termos entre parênteses representam a probabilidade de morte (Lambda) e o fator de ajuste de mortalidade (Epson). O cálculo do fator da mortalidade é descrito pela Equação 14, a seguir.

$${}^a_c\varepsilon_{i,t}^s = {}^a_cce_{i,t}^s / \lambda_{i,t}^s$$

Substituindo a Equação 14 na Equação 11, temos:

$${}^a_cQ_{i,t}^s = {}^a_cQ_{i-1,t-1}^s \cdot (1 - \cancel{\lambda_{i,t}^s} \cdot \frac{{}^a_cce_{i,t}^s}{\cancel{\lambda_{i,t}^s}}) + {}^a_cCo_{i,t}^s$$

Os elementos se anulam, não fazendo sentido o uso da probabilidade de morte nas equações. Assim, deve existir algum erro ou na Equação 11 ou na Equação 14, pois o uso da probabilidade de morte e fator de ajuste de mortalidade na estimativa dos estoques é válida, mas não da forma como descrito nas equações.

Outro problema grave foi identificado na Equação 19 que calcula a probabilidade de concessão de auxílios acidente e reclusão. Nessa Equação o Q representa o estoque de benefícios e o F a quantidade de segurados.

$${}^{Aa,Ar}_c\phi_{i,t}^s = {}^{Aa,Ar}_cce_{i,t}^s = {}^{Aa,Ar}_cQ_{i,t}^s / {}_cF_{i,t}^s$$

No caso do auxílio reclusão, a maior parte dos beneficiários são jovens e crianças, conforme Figura 4. Porém, como a equação é indexada pela idade, quando se calcula a probabilidade de um jovem de 10 anos receber o auxílio reclusão, por exemplo, percebe-se que a quantidade de segurados com 10 anos é zero ($F = 0$), gerando uma divisão por zero e probabilidades infinitas. Isso ocorre em idades menores que 15 anos para todas as clientelas e sexos do auxílio reclusão. Este problema impossibilita o cálculo das projeções de auxílios reclusão.

Figura 4 - Estoques para Auxílio reclusão.

ÍNDICE		2010	2011	2012	2013	2014
Fonte						
0	0	0	341	398	449	431
1	0	0	727	864	930	1.007
2	0	0	853	993	1.153	1.144
3	0	0	853	983	1.100	1.206
4	0	0	794	914	1.040	1.086
5	0	0	751	815	951	1.010
6	0	0	635	729	842	934
7	0	0	530	664	741	805
8	0	0	480	542	668	720
9	0	0	398	478	533	638
10	0	0	358	385	501	515
11	0	0	283	350	382	483
12	0	0	248	278	354	388
13	0	0	195	250	298	334
14	0	0	149	199	240	291
15	0	0	131	157	205	244
16	0	0	98	131	150	195
17	0	0	78	98	123	139
18	0	0	62	67	86	111
19	0	0	47	51	62	72
20	0	0	25	41	44	51

Na Equação 20 também há problemas de consistência. Essa equação calcula os estoques de salário-maternidade. O resultado da equação é a quantidade de nascidos homem e mulher multiplicada pela proporção de seguradas pela população feminina na idade de 16 a 45 anos. O problema da equação é que o resultado é o mesmo para todas as idades (todo i), o que não faz sentido. Acreditamos que não deveria haver o índice " i " em $SalMat_{cQ_{i,t}}^M$

$$SalMat_{cQ_{i,t}}^M = \frac{\sum_{i=16}^{45} c_{i,t}^{F,M}}{\sum_{i=16}^{45} P_{i,t}^M} \cdot (P_{0,t}^H + P_{0,t}^M)$$

7. A tendência a cair do valor das aposentadorias acima do piso

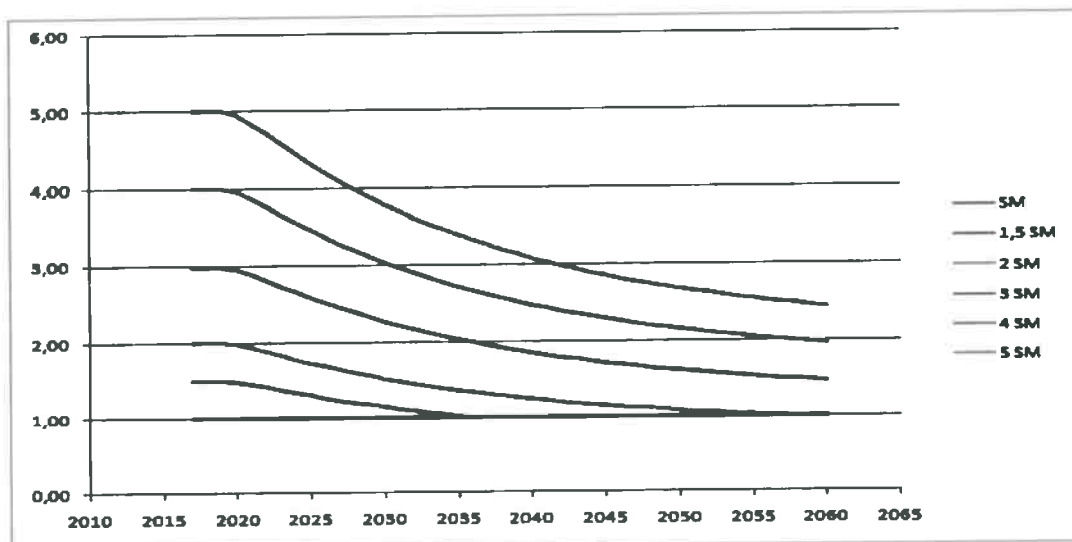
Os dados das tabelas do novo modelo atuarial demonstram que as aposentadorias acima do piso (superiores a 1 salário mínimo), apresentam queda progressiva de valor entre 2017 e 2060 quando medidas em número de salários mínimos. Isto ocorre porque o indexador do salário mínimo é muito elevado (como já comentado anteriormente), enquanto a correção dos benefícios acima do piso previdenciário é feita pela inflação estimada para o período (de 4,5% para todos os anos a partir de 2020 até 2060).

Assim, conforme se pode observar no gráfico 4 a seguir, as aposentadorias que, em 2017, correspondem a 5 salários mínimos, em 2060 terão o valor de apenas 2,45 salários mínimos. As aposentadorias que, em 2017, correspondem a 4 salários mínimos chegarão, em 2060, no valor de 1,96 salário mínimo e assim sucessivamente, de forma que é possível concluir que a estratégia do modelo atuarial para o RGPS demonstra a



intenção de reduzir todas as aposentadorias do sistema ao piso previdenciário no longo prazo.

Gráfico 4 – Comportamento do valor das aposentadorias acima do piso previdenciário no período 2017-2060.



8. Conclusões preliminares

Do exposto se conclui que não é possível realizar uma auditoria completa sobre as projeções do governo por problemas que vão desde a ausência de informações nas tabelas, falta de consistência e completude nas equações do modelo, ausência de realismo nas hipóteses do modelo e falta da memória de cálculo das projeções.

Este artigo chama atenção para uma questão particularmente grave. As equações apresentadas não são adequadas para o cálculo do custo dos benefícios que envolvam a necessidade de comprovação de tempo de contribuição, como é o caso de todas as formas de aposentadoria. Sem os microdados da previdência um cálculo minimamente aceitável, é impossível. O governo dispõe, de fato, dessas informações? Caso disponha, por que não as forneceu, conforme solicitado pelos membros da Comissão Especial de Previdência? De todo modo, caso o governo não possua as informações, sua ausência torna comprometedor o resultado do modelo.

Seria necessário um trabalho mais prolongado para se avaliar com maior abrangência o que nesta análise preliminar já se constatou como uma profunda incapacidade de previsão do novo modelo atuarial para respaldar uma reforma da previdência de tão grande amplitude. Sobretudo, demandaria mais tempo e mais recursos humanos a avaliação das consequências econômicas e sociais da aplicação das novas regras para as atuais e futuras gerações. Não se poderia aprovar uma emenda constitucional às pressas sem um conhecimento mínimo da consistência do novo

modelo atuarial que, ao prever um déficit de elevada magnitude para o futuro, está justificando uma reforma drástica e cerceadora de direitos. Acima de tudo, seria imprescindível dotar a sociedade brasileira das informações necessárias ao debate democrático que, na verdade, já deveriam estar acessíveis há mais tempo, senão desde o momento em que foram solicitadas pelos Deputados.

A partir das informações parciais, precárias, tendenciosas e inconsistentes disponibilizadas, recomenda-se que o governo corrija os problemas e eleve a qualidade do modelo atuarial tornando-o suficientemente correto, além de mais realista e transparente para que se possa avaliar a necessidade de financiamento da Previdência Social. Caso contrário, resultados fictícios podem estar dando respaldo a uma reforma de vasta abrangência, destruição de direitos e exclusão social.

Bibliografia consultada

Ibarra, A (2017). "Limitações da metodologia da Pnad (IBGE) para uso no Modelo de Projeções Fiscais do Regime Geral de Previdência Social". Brasília, DIEESE, Mimeo. e PPT (apresentação ao Ministério da Fazenda, março/2017).

Orair, R.; Siqueira, F.; Gobetti, S. (2016). "Política Fiscal e Ciclo Econômico: uma análise baseada em multiplicadores do gasto público". Brasília, XXI Prêmio do Tesouro Nacional 2016.

Puty, C. e Gentil, D. (org.) (2017). "A previdência Social em 2060: as inconsistências do modelo de projeção atuarial do governo brasileiro". Brasília, ANFIP, Fundação ANFIP, DIEESE e Plataforma Política Social.

Ruiz, Charles M. M. & Silva, Pedro L. do N (2014). "Explorando alternativas para a calibração dos pesos amostrais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios". Trabalho apresentado no VI Congresso de La Asociación Latinoamericana de Población, Lima, Peru. In: www.alapop.org/Congreso2014/DOCSFINAIS_PDF/ALAP_2014_FINAL948.pdf

2) Gostaria de centrar, neste momento, nossa atenção no Regime Geral de Previdência Social, aplicável aos trabalhadores em geral. Os gastos com benefícios do RGPS têm evidenciado tendência ascendente, não apenas se tomados em valores correntes, mas também em proporção ao PIB. Para ilustrar, o pagamento de benefícios do Regime Geral passou de 6,5% do PIB, em 2010, para 8,1% do PIB, em 2016.

A que fatores podem ser atribuídos esse crescimento da despesa com benefícios do RGPS nos últimos anos?



A CPI da Previdência, respondo que se pode atribuir o crescimento recente do gasto a 2 fatores excepcionais:

1) Ao anúncio feito pelo governo federal de que haveria uma reforma da previdência que seria enviada ao Congresso no segundo semestre de 2016, que importaria mudanças na Constituição Federal, estabelecendo regras rígidas de acesso aos benefícios como a exigência de 25 anos de tempo de contribuição, corte no valor das aposentadorias e o estabelecimento da idade mínima de 65 anos para homens e mulheres, trabalhadores urbanos e rurais, professores e professoras, bombeiros e policiais, todos os servidores públicos e trabalhadores do setor privado. Isso criou uma corrida às aposentadorias por parte daqueles que ainda estavam dispostos a se manter no mercado de trabalho, por medo de perda de renda.

2) Houve uma greve dos funcionários do INSS em 2015, que durou cerca de 78 dias, sendo encerrada no segundo semestre desse ano. Segundo o sindicato que representa os funcionários, 15 milhões de pessoas deixaram de ser atendidas nesse período de paralisação. Além dos servidores administrativos, os peritos do INSS também entraram em greve em todo o país. Isso fez com que os benefícios represados em 2015 fossem concedidos em 2016, elevando o gasto neste ano em relação ao ano anterior.